

## O EMPOBRECIMENTO DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM CONTEXTO PANDÊMICO

*Juliana Andrade Lund<sup>1</sup>*

*Marta Nornberg<sup>2</sup>*

***Eixo temático 10: Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas.***

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir questões relativas à dimensão da prática pedagógica em contexto remoto em meio a pandemia Covid-19 e problematizar seus limites, desafios e o empobrecimento da experiência educativa. Para tanto, a metodologia quantitativa utilizou os dados coletados pela primeira etapa da “Pesquisa Nacional Alfabetização em Rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e da recepção da PNA<sup>3</sup> pelos docentes da Educação Infantil e Anos iniciais do E.F” através de questionário online, em uma análise comparativa no que diz respeito às respostas no recorte das citadas dimensões do estado do Rio Grande do Sul cotejando com a contribuições das respondentes da cidade Pelotas - RS. Conclui-se que houve, portanto, sobrecarga de trabalho e que as práticas pedagógicas surgidas nessa reconfiguração da escola em modo remoto coexistem e perpassam a vida das e dos docentes. E, também, em algum grau, mostram a importância desses agentes da educação em sua enorme capacidade de assimilação e modificação, contrariando o discurso de que são acomodados e poucos disponíveis a adequarem-se às novas tecnologias.

**Palavras-chaves:** Ensino Remoto. Covid-19. Experiência. Empobrecimento.

**O mundo parou, mas o ensino não...**

<sup>1</sup> Pós-graduada, Mestranda em Educação, pela UFPel. Professora de Arte na rede pública municipal de Pelotas – RS, educação infantil e anos iniciais. Contato: juliana.lundju@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Pesquisadora do CNPq-Nível 2. Contato: martanornberg0@gmail.com

<sup>3</sup> A Política Nacional de Alfabetização (PNA) tem como objetivo melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional (Decreto nº 9.765/2019).

Desde 2020 a pandemia Covid-19 vem assolando o mundo e exigindo transformações mentais e comportamentais. No Brasil, quinze meses depois do primeiro caso confirmado, apesar da falsa sensação de que tudo está melhorando, o vírus continua matando milhares de pessoas. De acordo com o Painel Coronavírus, do governo federal, em junho de 2021, o Brasil atingiu a marca de 18.448.402 casos confirmados e 514.092 óbitos; isso sem contar as subnotificações.

Temos acompanhado a ausência de uma política efetiva de combate e controle da pandemia, assim como, a proliferação de mensagens e ações negacionistas, especialmente por parte do atual presidente do país. As vacinas chegam aos poucos, em ritmo desproporcional à disseminação do vírus, que se mostra cada vez mais resistente e em novas variantes. Nesse contexto adverso, desde o final de abril de 2020, as escolas foram se reorganizando para o ensino remoto emergencial, que continua vigente na maioria das redes públicas do país.

O que é ensino remoto emergencial? O Parecer 05/2020, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que as atividades pedagógicas não presenciais possam acontecer, enfoca a reorganização do calendário escolar em razão da pandemia e redefine a carga horária mínima anual das diferentes séries escolares. E desta forma, a educação não parou. Mesmo em meio à precariedade de condições de trabalho e ensino, os professores seguiram resistentes desenvolvendo seu trabalho.

O presente artigo pretende discutir questões relativas à dimensão da prática pedagógica em contexto remoto em meio a pandemia Covid-19 e problematizar seus limites, desafios e o empobrecimento da experiência educativa. Para tanto, trabalhamos com os dados coletados pela “Pesquisa Nacional Alfabetização em Rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e da recepção da PNA pelos docentes da Educação Infantil e Anos iniciais do E.F”, que tem como um de seus objetos de estudo o ensino remoto emergencial no campo da alfabetização e congrega grupos de pesquisa de instituições de todas as unidades da federação. Fez-se recorte sobre as dimensões citadas, trazendo dados do relatório técnico parcial, publicado recentemente (ALFABETIZAÇÃO EM REDE, 2020), cotejando com os resultados (direto da fonte/ questionário) relativos ao Estado do Rio Grande do Sul e à cidade de Pelotas.

A primeira fase da coleta de dados foi feita por meio de questionário contendo 34 perguntas distribuídas em dois focos principais: a alfabetização durante a pandemia e a recepção da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) do Governo Federal, aplicado de forma online, entre junho e setembro de 2020. A amostra é composta por 14.730 docentes-respondentes, distribuída por todas as regiões do país, destes 1.464 do Rio Grande do Sul e 113 da cidade de Pelotas.

Assim, este debate justifica-se por trazer aspectos importantes sobre o trabalho docente em tempos de pandemia e pela relevância fundamental de colocar-se a educação no centro do debate, pois “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Revela o poder que a educação possui de apoiar as pessoas e de transformar visões, poder este necessário em tempos tão adversos como os que vivemos.

### **Desenvolvendo conceitos...**

Discutir a dimensão da prática pedagógica em contexto remoto em meio a pandemia Covid-19 requer a retomada do conceito de profissão docente, que passa por grandes transformações a medida que o “quadro negro” deu lugar aos vídeos e às telas virtuais. Assim, a profissão docente ficou em evidência tal como a importância do papel social destes profissionais. Mas, ao mesmo tempo, os e as docentes seguem lidando com a desvalorização e desqualificações sobre o “quanto” e o “como” conseguem desenvolver suas atividades em um momento tão atípico.

Libâneo (2011) aborda sobre a profissão professor, as exigências e o seu papel na sociedade contemporânea. Entendemos que ainda hoje esse texto se faz atual, especialmente quando questiona sobre a possibilidade das e dos docentes perderem seu papel para os meios de comunicação ou serem, gradativamente, deslocados para outra atribuição no contexto da progressiva implantação das plataformas digitais de ensino, que consolidam dinâmicas padronizadas e instrumentais de ensino e aprendizagem. No entanto, a pandemia parece vir provando o contrário: cada vez mais as e os profissionais da educação ocupam uma centralidade nas sociedades contemporâneas, assim como a escola, duas instituições insubstituíveis e necessárias para a continuidade da humanidade.

Nesse sentido, Fanfani afirma que a docência existe como realidade objetiva e que os docentes

[...] existem também como sujeitos capazes de dar um significado ao que são e ao que fazem. Por isso, quando se quer estudar a “condição docente”, deve-se incluir, no objeto, também, certas dimensões de sua subjetividade, tais como as percepções, representações, valorações, opiniões, expectativas, etc. (2010, p.1)

Para analisarmos como as situações didáticas são organizadas em meio à pandemia Covid-19, torna-se necessário observar os desafios e as perspectivas no campo subjetivo, já que foi preciso elevar esforços para que a educação não parasse. E se “a experiência é uma relação em que algo passa de mim a outro e do outro a mim. E nesse passar, tanto eu como

o outro, sofremos alguns efeitos, somos afetados” (LARROSA, 2011, p.10), precisaremos lembrar de que a maioria dos e das docentes acabaram isolados, não somente na questão social, mas também no sentido pedagógico, pois o trabalho tornou-se mais individualizado e solitário. Cada um acabou fazendo o que “pode” e com as ferramentas que dominava.

Para tanto, “muitos professores foram para além dos seus deveres profissionais e agiram com grande compromisso e responsabilidade” (NÓVOA, 2020, p. 9) e essa é uma lição que aprendemos: o mundo foi surpreendido pela pandemia do Covid-19 e também com a força resistente dos profissionais docentes.

### **Para além do ensino remoto emergencial...**

Para adentrarmos ao ensino remoto emergencial, traremos, primeiramente, os dados da Pesquisa Nacional Alfabetização em Rede, com base no relatório publicado na Revista Brasileira de Alfabetização (2020). Deste relatório, recortamos algumas informações e, num segundo momento, confrontamos com os dados relativos às respondentes do Rio Grande do Sul e da cidade de Pelotas extraídos diretamente dos dados coletados (questionários).

Em nível nacional, o relatório técnico aponta que “em torno de 85% dos professores da educação básica - da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental - são mulheres” (p. 186). Já no que se refere especificamente ao ensino remoto emergencial, “90,8% das docentes [...] estão atuando de forma remota” (p.191), dado que evidencia que a educação nunca parou. Ainda com base no relatório, havia duas questões que solicitavam às participantes uma avaliação sobre a experiência com o trabalho remoto. Assim:

Para 54,9%, o ensino remoto foi uma alternativa possível – “de meio termo” – no atual contexto, para garantir algum vínculo da escola com as crianças. Mesmo considerando que se podia escolher mais de uma possibilidade, é evidente o reconhecimento de que a escola precisaria, sim, implementar uma alternativa de continuidade do trabalho. Para 44,6%, o ensino remoto é considerado uma boa solução para os problemas da pandemia, o que não significa ignorar que, ao mesmo tempo, ele não propicia, de modo integral, o atingimento dos objetivos escolares porque, tendo em vista as especificidades do processo de alfabetização, não se torna possível alfabetizar efetivamente sem aulas presenciais, além de ter gerado sobrecarga de trabalho para os docentes e as famílias e não ser adequado à etapa de ensino com a qual trabalha. (ALFABETIZAÇÃO EM REDE, 2020, p.191)

Desta forma, menos da metade das respondentes demonstrou acreditar que o ensino remoto emergencial foi uma boa solução ao desafio inesperado. Os dados também evidenciam que foi feito o que “era possível” e não o mais apropriado. Sobre as plataformas e os materiais utilizados para a realização do ensino, o estudo revela que o *WhatsApp* foi a principal ferramenta, o que mostra que “a sala de aula remota [...] reduz-se à tela do celular

conectado ao aplicativo *WhatsApp* para 71,58% das professoras” (p.192). Os materiais impressos foram muito utilizados como ajuda aos estudantes sem acesso a internet, representando 55,89% das respostas (p.192).

No que diz respeito aos desafios do cotidiano da alfabetização no contexto da pandemia Covid-19, a pesquisa mostra que para a alfabetização o trabalho docente presencial é essencial; considerando que 57% das professoras respondentes afirmaram que o maior desafio é o de fazer com que os estudantes façam as atividades encaminhadas. Além disso, observam-se outras respostas que consolidam a afirmação anterior, pois “indicam que para 33% o desafio é obter mais retorno dos alunos em relação às propostas de ensino, além das próprias dificuldades destes com atividades que demandam o acompanhamento dos pais e/ou responsáveis” (p.193).

Com base nos resultados parciais dessa pesquisa, escrutina-se “indícios de que as necessidades individuais de aprendizagem podem não estar sendo atendidas, visto que os materiais mais citados são produzidos de modo padronizado, sem considerar especificidades” (p.195). Igualmente, percebemos que há “precariedade de condições de conectividade virtual dos docentes e dos alunos” (p. 192) e, somente esses dois aspectos, por si só, já evidenciam o empobrecimento da experiência educativa em contexto pandêmico.

Quando tomamos como cenário o Estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Pelotas, em comparação ao território nacional, algumas similaridades e especificidades são verificadas. Considerando os respondentes de todo o Brasil, 9,93% são do Rio Grande do Sul e, destes, 7,71% atuam nas escolas da cidade de Pelotas, o que justifica, especificamente, a importância de discutir os dados desta cidade. No RS, o número de respondentes mulheres é de 97,47% e, em Pelotas, 98,23%.

No momento da pesquisa, no RS, 86,06% das respondentes trabalhavam no ensino remoto; já em Pelotas, 91,15%. Em relação à avaliação do ensino remoto, no RS, 73,33% avaliaram de forma péssima ou razoável a preparação para o trabalho com as aulas remotas em sua rede; já em Pelotas, nove a cada 10 respondentes indicaram como péssima ou razoável. Conforme Nóvoa (2020,) “ninguém estava preparado para esta situação e a avaliação que, hoje, já podemos fazer revela aspectos negativos, como as desigualdades e o empobrecimento pedagógico” (p.8). Assim, em razão do contexto, novas estruturas pedagógicas precisaram entrar em cena. Entretanto, dada a precarização e desinvestimento nas escolas, assim como a falta de renda que marca a vida das famílias, a pesquisa mostrou que o aplicativo de conversas *Whatsapp* esteve presente como recurso mais utilizado para o envio das atividades na modalidade do ensino remoto emergencial. Entre as respondentes que fazem uso desse aplicativo, no RS foram 70% e, em Pelotas, 55,33%. O uso e envio de materiais impressos também evidencia a carência de acesso a dispositivos tecnológicos e a

internet, sendo muito maior sua presença em nível estadual, 49,20%, do que no recorte local, 20,38%.

A pandemia vem evidenciando falhas e desigualdades sociais, além de escancarar as precárias condições de trabalho docente e pedagógico nas escolas públicas. Na pesquisa, os professores da rede indicaram que conseguir que os alunos realizassem as atividades propostas era um de seus grandes desafios para 61,03% das respondentes do RS e 46,60% das de Pelotas. Quanto ao pouco retorno das atividades por parte dos alunos, o número mostra-se similar: 41,26% no Estado e 45,63% na cidade de Pelotas.

Nesse sentido, importa retomar o que Nóvoa afirmava sobre as mudanças impostas pela pandemia:

Em poucos dias alterou-se o que muitos consideravam ser impossível mudar: desde logo, o espaço das aprendizagens, da sala de aula para casa, com todas as consequências na vida familiar e social; depois, a organização do trabalho, da lição para o estudo através de trabalhos propostos pelos professores, realizados num continuum diário e não no tradicional horário escolar; finalmente, as modalidades de trabalho docente que se alteraram profundamente, com recurso a atividades várias, sobretudo através de dispositivos digitais. (2020, p.11)

Nesse contexto pandêmico complexo, será possível a boa experiência educativa? Ou o empobrecimento torna-se intrínseco aos desafios do dia a dia? Um olhar sobre as respostas dadas para a questão "Com base na sua experiência como avalia o ensino remoto?" ajudam a ampliar a discussão sobre essa docência na escola remota.

Entre as respondentes, no RS, 70,31% avaliaram o ensino remoto como "uma alternativa de meio termo para garantir o vínculo das crianças com a escola", proporção que se manteve entre as respondentes de Pelotas, 69,90%. Para a mesma questão, no RS, 36,11% e, em Pelotas, 46,60% das respondentes assinalaram que essa modalidade "gerou sobrecarga de trabalho para os docentes e as famílias". Já a alternativa que referia como uma "boa solução para os problemas da educação durante a pandemia", observamos 35% no RS e, especificamente, na cidade de Pelotas, apenas para 17,47%. Tal disparidade demonstra que não houve, em termos de definição de política nacional de enfrentamento e atendimento à educação escolar, uma atenção às peculiaridades e necessidades locais. A resposta e as condições, na maioria dos rincões brasileiros, foram encontradas pelas e pelos docentes.

Nóvoa (2020), ao pronunciar-se sobre os desafios da educação e da docência em tempos de pandemia, reafirma a importância dos esforços feitos por docentes para manter uma ligação com os alunos e suas famílias. No entanto, adverte: "Os governos deram respostas frágeis, e as escolas também. As melhores respostas, em todo o mundo, foram dadas por professores [...], em colaboração uns com os outros e com as famílias [...]". E

reforça: “este é, talvez, o aspecto mais positivo de tudo o que se está a passar” (p.8), isto é, o poder da educação, a força dos profissionais docentes e o reconhecimento de que não há futuro sem os dois.

Por fim, temos de destacar a ampliação da jornada e a sobrecarga de trabalho docente e uma crescente insatisfação quanto às condições de realização do ensino remoto (OLIVEIRA, 2020). O contexto é complexo, mas, ainda não é o momento de retornar. Os números de óbitos seguem crescentes e o que está em jogo, mais do que conteúdos ou devolutivas de tarefas, é a segurança de pais, alunos e professores. E como isso é possível? Vacinas e vacinação para todos! Somente assim há possibilidades com certa segurança de retornar às aulas presenciais.

### **As perspectivas para o futuro...**

Em 2020 o mundo parou, mas o ensino não. A realidade vivenciada afetou e transformou as e os docentes em algum ponto. O que sabemos, conforme os dados apontados, são de que seus limites foram testados. O ensino remoto emergencial tem um forte componente de exclusão, o que gera angústias e preocupações, especialmente em razão das precárias condições estruturais e pedagógicas para realizar o acompanhamento dos e das estudantes.

Sobrecargas e desgastes emocionais têm sido uma constante, não somente para estudantes e familiares, mas também para as e os profissionais da educação; a falta de condições de acesso à internet ou dificuldades de uso das tecnologias necessárias, entre outros fatores, como a perda de renda familiar e a própria insegurança sanitária, avolumam-se nas escolas e são diariamente manifestadas nas redes sociais e em eventos da área. Os desafios impostos pelo ensino remoto são inúmeros, diários e, na maioria das vezes, assumidos solitariamente.

As práticas pedagógicas que surgiram nessa reconfiguração da escola em modo remoto coexistem e perpassam a vida das e dos docentes e, em algum grau, mostram a importância desses agentes da educação e a sua enorme capacidade de assimilação e modificação, contrariando o discurso de que são acomodados e poucos disponíveis a adequarem-se às novas tecnologias, por exemplo. Talvez o que não acompanha, em ritmo e desempenho, seja a garantia de condições adequadas de acessibilidade e recursos tecnológicos para crianças e docentes.

### **Referências**

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Governo federal. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>  
Acesso em 29/06/2021.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação**, CNE 05/2020. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)

EM REDE. A. (2020). Alfabetização em rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia covid-19 - relatório técnico (parcial). **Revista Brasileira De Alfabetização**, p. 185-201.

FANFANI, E.T. Condição docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LARROSA. J. Experiência e Alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n 2, p.04-27, jul./dez. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA. A. A pandemia de Covid-19 e o futuro da educação. **Revista Com Censo 22**, vol. 7, n 3. Agosto 2020.

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, vol.127, p. 27-40, 2020.